



Anais da Assembléia

Nº 36

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE ABRIL DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** - 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartão Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** - 10: Algaci Túlio - Antonio Befinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hernas Brandão; **PFL** - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** - 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** - 01: Jocelito Canto.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 1996
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Bealdin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Varhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Neroni, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romenelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Edson Lino (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 939

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER ao douto Plenário desta Casa de Leis, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 122/96 que "determina que seja fixado em local visível nos postos de gasolina, os preços cobrados pelos combustíveis e a obrigatoriedade de fornecimento de gasolina comum".

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO N° 954

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a retirada do Projeto de Lei n° 059/96, item 05, da Ordem do Dia de hoje e que o mesmo seja reincluído na Ordem do Dia de 07 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Ricardo Chab, Toti Colaço, José Tavares e Caíto Quintana.

REQUERIMENTO N° 953

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o arquivamento do Projeto de Lei n° 059/96, com base no disposto no Artigo 126 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) JOSÉ TAVARES

Apoio: Ricardo Chab, Orlando Pessuti e Toti Colaço.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento fundamenta-se no Artigo 126 do Regimento Interno desta Casa de Leis, pois o referido projeto de lei recebeu parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTO N° 931

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento ocorrido em 17.03.96, do Senhor Elio Ferreira Emilio.

Pessoa de muitas amizades, ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa e deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e oportunidade de conhecê-lo.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada, à rua XV de Novembro, 752 - Centro - Ponta Grossa / PR.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 933

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento ocorrido em 29.02.96, do Senhor Macir Rodrigues.

Pessoa de muitas amizades, que muito contribuiu para o desenvolvimento da so-

cidade ponta-grossense, deixou familiares, amigos e aqueles que tiveram o prazer de conhecê-lo, enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, à rua Guabirobeira, 386 - Santa Paula - Ponta Grossa / PR.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 950

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Farias, com votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Lauro Farias, do Município de Catanduvas, neste Estado.

Pequer ainda, que do teor do presente, seja dado ciência à família Farias.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Immanando-nos à dor que se abateu sobre a família Farias, queremos registrar nossa consternação pelo infausto passamento do amigo Lauro Farias.

Pessoa de boa índole, trabalhador e um dos pioneiros do Município de Catanduvas, deixa para uma família numerosa exemplos de bom comportamento, tanto como pai, quanto como marido.

Já aposentado, exerceu suas atividades no campo, onde dedicou a maior parte da sua profícua existência.

Deixa, sem dúvida, uma lacuna impossível de ser preenchida e na lembrança de seus familiares e amigos a saudade de quem soube se conduzir com retidão e dignidade.

Por intermédio deste Deputado, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná cumpre o doloroso dever de se associar às manifestações de profundo pesar pelo passamento do senhor Lauro Farias, endereçando a ela suas condolências e rogando que Deus a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO N° 951

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Adão Silva, do Município de Chopinzinho, neste Estado.

Requer ainda, que do teor do presente, seja dado ciência à família Silva.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Toda a comunidade de Chopinzinho se encontra em estado de profunda consternação pelo prematuro e infausto passamento do Senhor Adão Silva.

Descendente de fundadores do município, Adão Silva edificou em Chopinzinho uma vida repleta de exemplos de comportamento e espírito comunitário. Semeou junto à população, ao longo da sua existência, as sementes de uma vida digna e correta. Participou ativamente das lutas da comunidade. Foi sempre um homem despretensioso, humilde e companheiro.

Marido extremoso e pai exemplar, deixa uma família numerosa que, certamente, saberá homenageá-lo também com uma conduta espelhada nos bons exemplos herdados desse que Deus chamou para o outro mundo.

Por intermédio deste Deputado, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar que se abateram sobre a família Silva, endereçando a ela votos de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO N° 938

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja inserido em Ata dos trabalhos um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valentin Fachinello, ocorrido no último sábado, dia 06 de abril, dando-se ciência deste requerimento à Sra. Ema Colla Fachinello, à Avenida Rio Claro, s/n, na Cidade de Pranchita-PR.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Pioneiro no Sudoeste do Paraná, Valentin Fachinello sempre esteve voltado para os ideais políticos. Foi vereador e vice-prefeito no Município de Santo Antonio do Sudoeste e prefeito do Município de Pranchita, quando, mesmo abalado em sua saúde, continuava no exercício de suas funções. Pelo muito que dedicou de sua vida aos interesses públicos, entendemos justa a homenagem desta Casa, através deste voto de pesar pelo seu falecimento.

REQUERIMENTO N° 940

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação ata da presente Sessão Plenária, votos de profundo pesar pelo falecimento do vereador Augustinho Moreira, ocorrido no último dia 24.03.96, vítima de infarto.

Requer outrossim, o envio de correspondência, à família enlutada residente no Município de Flórida, bem como ao prefeito municipal e presidente da Câmara Municipal daquele município.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 923

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro em ata da presente sessão votos de congratulações ao Município de Cornélio Procopio pela encenação da Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo, realizada em 05 de abril p.p. no Espaço Cultural daquela localidade.

Requer ainda, que da decisão do Plenário seja dada ciência ao Prefeito Municipal, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Bispo Diocesano, Grupo de Jovens, Rádio Cornélio e a todos os atores que participaram desta bela encenação.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 952

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 132, § 1°, III, do Regimento Interno), REQUER após ouvido o Plenário, a inserção em Ata votos de congratulações ao Sr. Carlos Augusto B. da Costa, reeleito presidente do Conselho do Jovem Empresário da ACIAP - Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Profissionais de Paranavaí, cuja posse ocorreu no último dia 29, para a gestão 1996/1998.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A pretensão de inclusão em Ata de votos de congratulações ao Sr. Carlos Augusto B. da Costa reeleito presidente do Conselho do Jovem Empresário da ACIAP - Associação Comercial, Industrial, Agropecuária, e de Profissionais de Paranavaí, no último dia 10, cuja posse ocorreu em 29 de março, se faz necessária, posto que demonstra a importância que o Conselho do Jovem Empresário representa para a ACIAP, para nós, bem a sua reeleição.

O Conselho será muito bem representado pelo Presidente Sr. Carlos Augusto B. da Costa, como foi na gestão anterior, que soube desempenhar com êxito, dedicação e trabalho, este mister.

O Repórter Fotográfico é um Empresário honesto, dedicado e participativo, merecendo ser reeleito presidente do Conselho do Jovem Empresário.

Honra-nos tê-lo à frente deste Conselho, no qual se discute, reivindica e defende as questões relacionadas com o Jovem Empresário do Município de Paranavaí.

Por isso, pedimos a inserção em Ata do Poder Legislativo Estadual, votos de congratulações pela reeleição do Sr. Carlos

Augusto B. da Costa para a Presidência do Conselho do Jovem Empresário da ACIAP - Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Profissionais de Paranavaí, para a gestão 1996/1998.

REQUERIMENTO N° 916

Senhor Presidente.

O Deputado que esta subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após a anuência do Plenário, seja endereçado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Cândido Manuel Martins de Oliveira, sugerindo a imediata instalação de uma extensão do Instituto de Identificação do Paraná em Londrina.

O atendimento dessa reivindicação evitará que milhares de londrinenses e moradores de cidades vizinhas tenham que depender de tramitação na capital do Estado para conseguirem o seu RG ou 2ª via de tão importante documento, tendo que aguardar um bom tempo, espera que tem causado injustificado transtorno para a parte interessada e necessitada.

Londrina, com uma população próxima de 500 mil habitantes, terceira maior cidade do sul do país, lidera uma região de cerca de 2 milhões de habitantes.

O pronto atendimento a essa solicitação reafirmará o respeito das autoridades do governo estadual para com a trabalhadora população "pé-vermelho" do norte do Paraná.

O mundo vive a era da informática e a rapidez no fornecimento da carteira de identidade, documento obrigatório para todas as pessoas, é o mínimo que o Governo do Estado pode e deve proporcionar, daí a expectativa de que este apelo será atendido pelo ilustre titular da pasta da Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO N° 917

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Jaime Lerner, solicitando as providências cabíveis, no sentido de determinar a destinação de uma ambulância para o Distrito de Pau d'Alho do Sul, Município de Assaí.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A solicitação se justifica, Senhor Presidente, considerando que o Distrito Pau d'Alho do Sul situa-se a 18 Km da sede municipal, existindo, naquela localidade, somente um posto de saúde para atendimento apenas de primeiros socorros, e com perío-

do intercalado na semana, que possa fazer frente às necessidades da comunidade ali residente, além dos bóias-frias que para ali se dirigem no labor diário.

Desnecessário dizer, ainda, das condições precárias dessa população que sobrevive à custa do suado salário mínimo, a exemplo da maioria dos trabalhadores rurais do nosso país.

REQUERIMENTO N° 918

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Jaime Lerner, solicitando as providências cabíveis, no sentido de determinar a destinação de uma ambulância para o Distrito de Espírito Santo, Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A solicitação se justifica, Senhor Presidente, considerando que o Distrito de Espírito Santo situa-se a 10 Km da sede municipal, existindo, naquela localidade, somente um posto de saúde para atendimento apenas de primeiros socorros, e com período intercalado na semana, que possa fazer frente às necessidades da comunidade ali residente, além dos bóias-frias que para ali se dirigem no labor diário.

Desnecessário dizer, ainda, das condições precárias dessa população que sobrevive à custa do suado salário mínimo, a exemplo da maioria dos trabalhadores rurais do nosso país.

REQUERIMENTO N° 924

Senhor Presidente.

O Município de Bandeirantes conta, atualmente, com viaturas para uso da Polícia Militar, que infelizmente, encontram-se em estado precário. Isto vem dificultando o atendimento da comunidade, seja para o atendimento de ocorrências, seja para o patrulhamento preventivo.

Assim, tendo em conta a necessidade de garantia da segurança pública em Bandeirantes, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando do mesmo providências no sentido de ceder ao destacamento local da Polícia Militar uma viatura nova, em boas condições de uso.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 920

Senhor Presidente.

O Município de Jataizinho conta, atualmente, com viaturas para uso da Polícia Militar, que infelizmente, encontram-se em estado precários. Isto vem dificultando o atendimento da comunidade, seja para o atendimento de ocorrências, seja para o patrulhamento preventivo.

Assim, tendo em conta a necessidade de garantia da segurança pública em Jataizinho, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando do mesmo providências no sentido de ceder ao destacamento local da Polícia Militar uma viatura nova, em boas condições de uso.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 921

Senhor Presidente.

O Município de Cornélio Procopio conta, atualmente, com viaturas para uso da Polícia Militar, que infelizmente, encontram-se em estado precários. Isto vem dificultando o atendimento da comunidade, seja para o atendimento de ocorrências, seja para o patrulhamento preventivo.

Assim, tendo em conta a necessidade de garantia da segurança pública em Cornélio Procopio, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando do mesmo providências no sentido de ceder ao destacamento local da Polícia Militar uma viatura nova, em boas condições de uso.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 922

Senhor Presidente.

O Município de Itambaracá conta, atualmente, com viaturas para uso da Polícia Militar, que infelizmente, encontram-se em estado precários. Isto vem dificultando o atendimento da comunidade, seja para o atendimento de ocorrências, seja para o patrulhamento preventivo.

Assim, tendo em conta a necessidade de garantia da segurança pública em Itambaracá, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando do mesmo providências no sentido de ceder ao destacamento local da Po-

lícia Militar uma viatura nova, em boas condições de uso.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 942

Senhor Presidente.

O Município de Rancho Alegre conta, atualmente, com viaturas para uso da Polícia Militar, que infelizmente, encontram-se em estado precário. Isto vem dificultando o atendimento da comunidade, seja para o atendimento de ocorrências, seja para o patrulhamento preventivo.

Assim, tendo em conta a necessidade de garantia da segurança pública em Rancho Alegre, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando do mesmo providências no sentido de ceder ao destacamento local da Polícia Militar uma viatura nova, em boas condições de uso.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 943

Senhor Presidente.

O Município de Nova América da Colina conta, atualmente, com viaturas para uso da Polícia Militar, que infelizmente, encontram-se em estado precário. Isto vem dificultando o atendimento da comunidade, seja para o atendimento de ocorrências, seja para o patrulhamento preventivo.

Assim, tendo em conta a necessidade de garantia da segurança pública em Nova América da Colina, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando do mesmo providências no sentido de ceder ao destacamento local da Polícia Militar uma viatura nova, em boas condições de uso.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 944

Senhor Presidente.

O Município de Leopólis conta, atualmente, com viaturas para uso da Polícia Militar, que infelizmente, encontram-se em estado precário. Isto vem dificultando o atendimento da comunidade, seja para o atendimento de ocorrências, seja para o patrulhamento preventivo.

Assim, tendo em conta a necessidade de garantia da segurança pública em Leopólis, o Deputado que o presente subscreve, no

uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando do mesmo providências no sentido de ceder ao destacamento local da Polícia Militar uma viatura nova, em boas condições de uso.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 945

Senhor Presidente.

O Município de Nova Santa Bárbara conta, atualmente, com viaturas para uso da Polícia Militar, que infelizmente, encontram-se em estado precário. Isto vem dificultando o atendimento da comunidade, seja para o atendimento de ocorrências, seja para o patrulhamento preventivo.

Assim, tendo em conta a necessidade de garantia da segurança pública em Nova Santa Bárbara, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando do mesmo providências no sentido de ceder ao destacamento local da Polícia Militar uma viatura nova, em boas condições de uso.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 946

Senhor Presidente.

O Município de Curitiba conta, atualmente, com viaturas para uso da Polícia Militar, que infelizmente, encontram-se em estado precário. Isto vem dificultando o atendimento da comunidade, seja para o atendimento de ocorrências, seja para o patrulhamento preventivo.

Assim, tendo em conta a necessidade de garantia da segurança pública em Curitiba, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando do mesmo providências no sentido de ceder ao destacamento local da Polícia Militar uma viatura nova, em boas condições de uso.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 947

Senhor Presidente.

O Município de Santa Amélia conta, atualmente, com viaturas para uso da Polícia Militar, que infelizmente, encontram-

-se em estado precário. Isto vem dificultando o atendimento da comunidade, seja para o atendimento de ocorrências, seja para o patrulhamento preventivo.

Assim, tendo em conta a necessidade de garantia da segurança pública em Santa Amélia, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando do mesmo providências no sentido de ceder ao destacamento local da Polícia Militar uma viatura nova, em boas condições de uso.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 919

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de providenciar reparos nas ruas do Jardim Monte Rei, tendo em vista que as mesmas encontram-se intransitáveis. O pedido está sendo feito pelos moradores, os quais solicitam providências urgentes, uma vez que nos dias em que chove o estado das mesmas é de calamidade pública, prejudicando sensivelmente toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 925

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de verificar qual o problema que vem ocorrendo na conta de água da residência localizada na Rua Max Rosermann, n° 182 - Bacacheri, tendo em vista que somente três pessoas lá residem, o consumo de água é pouco e a taxa cobrada é muito alta. O hidrômetro é de n° 2-001406074-4-1 e a matrícula n° 0184.7228.

Se necessário maiores informações, pode-se manter contato com a Sra. Rita de Cássia Silva de Macedo pelo telefone 256-2078 (recados com Cleusa).

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 926

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado da Administração, para que instrua ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, no sentido de atender a reivindicação de servidores públicos que nos procuraram, com o objetivo de solicitar que a farmácia do IPE volte a fornecer os remédios que são receitados pelos médicos, tendo em vista que até os mais simples não são encontrados. Uma outra reivindicação é referente ao retorno dos convênios que o IPE mantinha com os hospitais, o qual foi suspenso. Esse convênio atendia a contento os servidores, porém como não existe mais, muitas dificuldades surgiram.

Pedem eles que esse dois pedidos sejam analisados pelo Instituto e resolvido da melhor forma possível, uma vez que inúmeras pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 927

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido de pais de alunos do Colégio Estadual Maria Montessori e da Escola Municipal Eny Caldeira, localizados na rua Guilherme Ihlenfeldt, no bairro Tingui, os quais solicitam a permanência de um policial de trânsito para orientação aos alunos. O local é muito movimentado e necessita urgentemente de um policial, a fim de evitar atropelamentos e acidentes.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 928

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido de pessoas que trafegam nas proximidades do 6° Distrito até o viaduto da BR - Avenida Afonso Camargo - as quais solicitam policiamento ostensivo no local, devido a permanência de vândalos nesse trecho. A situação é crítica e os transeuntes encontram-se muito apreensivos, motivo pelo qual pedem a presença de policiais a fim de inibir a ação desses vândalos.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 929

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores de Almirante Tamandaré, os quais solicitam um telefone público em frente a uma mercearia localizada no n° 836 da Rua José Real Prado, no Jardim São Francisco. Pedem eles que o pedido seja atendido, tendo em vista que beneficiará toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 930

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal da Fazenda Rio Grande, no sentido de esclarecer aos munícipes daquele município, os quais solicitam os critérios adotados quanto a cobrança do IPTU. Afirmam que em relação ao ano anterior, há casos em que o aumento chegou a 800% (oitocentos por cento), o que deixou-os muito preocupados, motivo pelo qual nos procuraram e solicitaram uma explicação por parte daquela municipalidade.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 932

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira, solicitando a designação de médicos legistas para o IML de Ponta Grossa.

O IML de Ponta Grossa, vem realizando um ótimo trabalho, o que só não é melhor devido a falta de médicos legistas, já que o quadro de funcionários de apoio está normalizado.

O instituto tem no momento dois médicos legistas que estão sobrecarregados de trabalho, visto que o IML de Ponta Grossa é responsável pelo atendimento de vários municípios.

A unidade do IML de Ponta Grossa, é a primeira informatizada do interior do Estado, contribuindo muito para a agilidade dos trabalhos.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 934

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Alexandre Fontana Beltrão, solicitando recursos para as instituições de Ensino Superior do Estado (IES), para que as mesmas não paralitem suas atividades.

No caso da UEPG, dezenas de aparelhos esperam conserto, diversos sanitários foram fechados, começa a faltar material de expediente e a Reitoria declara que não há mais como cortar gastos sem interromper as atividades.

A UEPG e a UEM são as mais prejudicadas com o problema. O quadro atinge também a UEL e a UNICENTRO.

Requer medidas urgentes por parte da Secretaria para que o ensino superior gratuito de nosso Estado, tenha condições de permanecer entre os melhores do país.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 935

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, uma moção ao Governo Federal e ao Congresso Nacional, no sentido de encarecer a imediata ratificação pelo Brasil da Convenção 138 da OIT, de 1973, que estabelece notadamente que "a idade mínima de admissão a todo tipo de emprego e trabalho não deverá ser inferior à idade mínima em que cesse a obrigação escolar, em todo caso, aos quinze anos".

Outrossim, requer, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, em Brasília - DF.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Considerando a generalização em nosso país da odiosa exploração do trabalho infantil, que segundo o IBGE já atinge 3,5 milhões de crianças entre 10 e 14 anos; que tem assim comprometida sua saúde e educação, portanto seu futuro.

Considerando os estudos que apontam tratar-se de fenômeno ligado à pressão anti-social pelo rebaixamento do custo do trabalho em todos os ramos da economia, a ponto de, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) ser "difícil encontrar no Brasil uma mercadoria na cadeia produtiva que não tenha a mão de uma criança".

Considerando, ainda, a inaceitável correlação entre o crescimento do número de crianças que trabalham com o aumento do

número de adultos desempregados, fato que leva a desagregação social, entendemos que é urgente a ratificação pelo Brasil da Convenção 138 da OIT.

REQUERIMENTO N° 936

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, uma moção para que o governo federal condicione o financiamento ao Pró-Álcool ao fim do trabalho infantil, a fim de que seja dado um passo em direção a uma sociedade mais justa.

Outrossim, requer, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, em Brasília-DF.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO N° 937

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Ramiro Wahrhaftig, Secretário de Estado da Educação, solicitando a liberação de materiais esportivos para a Escola Estadual Getúlio Vargas, Município de Fernandes Pinheiro.

Ocorre que esta escola não possui nenhum material esportivo, ocasionando a total ausência de atividade esportiva e, considerando ainda que os jogos estudantis deste ano, serão realizados nesta escola, que possui o maior número de alunos deste município.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 941

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao PROCON, solicitando sua atenção na fiscalização acurada na venda dos lotes de baixa renda, que estão sendo vendidos na Região Metropolitana de Curitiba, cujos lotes estão sendo comercializados a preços supervalorizados. Por exemplo: lotes que valem no mercado R\$ 1.000,00 (um mil reais), estão sendo comercializados com prazo de 10 anos (120 meses), ao preço de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), o que é absurdamente condenável e precisa ser corrigido.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO N° 948

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A., no sentido de reiterar o pedido de remanejamento do aparelho telefônico público que se encontra instalado no Mini Mercado Fabrício, sito no n° 257 da Rua Alice Villas Boas Conceição - bairro Uberaba de Cima, para essa mesma rua, porém nas proximidades do n° 891. Anexo seguem cópias do nosso pedido anterior e respectiva resposta da TELEPAR para análise.

A Sra. Maria da Conceição Alexandre, autora do presente pedido, afirmou-nos que devido a mudança ocorrida, as pessoas que residem nas proximidades do n° 891 infelizmente não são chamadas para atender os telefonemas, tendo em vista ser um telefone comunitário, portanto estão sendo prejudicadas.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a Sra. Maria da Conceição pelo telefone 262-3683.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 949

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito na ata dos trabalhos de hoje, a matéria do Editorial do Jornal da Manhã, de Ponta Grossa, do dia 31.03, intitulada "Antecipando as comemorações".

A matéria relata a atual situação da Metalúrgica Impar de Ponta Grossa, que está prestes a ser reativada.

Em anexo segue a matéria a ser transcrita.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 002/96

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, nas localidades de Prainha e Cabaraquara, pertencentes ao Município de Guaratuba, para que a população decida sobre a sua incorporação ao Município de Matinhos.

"Começa na cumeada do morro denominado Pico Agudo, de onde uma linha reta alcança a nascente do rio Cambará, pelo qual desce até sua foz no rio Guaraguaçu e por este abaixo até alcançar o ribeirão Pai Antônio, seguindo daí em linha reta até alcan-

gar a localidade denominada Praia das Monções; deste ponto segue pela costa até a foz do rio Fundo, subindo então pelo rio Fundo até a foz do rio Pinheiro; sobe pelo Rio Pinheiro até a sua cabeceira, de onde em reta alcança a cumeada do Morro do Batatal, seguindo pela linha das cumeadas do Morro Canela e Morro da Furra, até alcançar o Pico Agudo, ponto de partida".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A motivação da apresentação do presente projeto de resolução é de corrigir uma distorção que há muito perdura e prejudica a população das localidades denominadas Prainha e Cabaraquara, que pertencem por lei ao Município de Guaratuba, mas geograficamente se encontram mais perto da sede do Município de Matinhos e são atendidos em suas necessidades pela Prefeitura Municipal de Matinhos.

Existe entre as localidades já denominadas e a sede no Município de Guaratuba uma divisa natural que é a Baía do mesmo nome, dificultando o atendimento dos prefeitos daquele município aos reclamos dos habitantes de Prainha e Cabaraquara, reclamos esses atendidos em sua grande maioria pela Prefeitura Municipal de Matinhos, tais como: ônibus escolar, hospital, lixo, água, luz, telefone, policiamento, bem como, mais de 80% dos eleitores da região são cadastrados no Município de Matinhos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para corrigir uma injustiça e propiciar aos habitantes de Prainha e Cabaraquara uma melhor prestação de serviço público.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 124/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Azul, com sede no Município de Rio Azul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Azul, presta atendimento aos agricultores da região, principalmente aos mais necessitados desde a sua fundação, em

1992, e através deste trabalho desinteressado conquistou o respeito dos seus associados e da população em geral.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI N° 125/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade de Ensino e Beneficência Província do Sul, com sede e foro na Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.04.96.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade de Ensino e Beneficência Província do Sul, tem como fim único dar atendimento especificamente nas áreas de filantropia; assistências e beneficentes, tais como, especificamente a instrução e educação da juventude pontagrossense, realização de obras sociais, empreendimentos caritativos e hospitalares, que venham de encontro aos anseios da população de Ponta Grossa e região. Em consequência, na medida dos recursos, pode, e deve fundar, manter e dirigir escolas, ginásios, academias, juvenatos, hospitais, ambulatórios, asilos, orfanatos, creches e outras, onde for possível e necessário, dentro do âmbito territorial das suas atividades.

No atendimento de seus fins, não levará, e nunca levou até a presente data no atendimento de seus fins, para que foi criada a cor, raça, estado, credo religioso e filosófico dos seus assistidos, atendendo em particular e especialmente os mais pobres e necessitados e carentes de recursos econômicos para atingir o objetivo proposto, tendo em vista a recuperação espiritual, moral e das camadas mais humildes da nossa sociedade.

A sociedade supra mencionada tem como recursos econômicos ou renda, verba oriunda de quota mensal pagas pelos estabelecimentos que compõem a sociedade, cuja quota será estabelecida e determinada e fixada anualmente.

Diante das alegações acima alencadas, mais do que constam no estatuto da sociedade supra nominado, entendo, seja procedente o presente pedido e solicitação ora apresentada aos nobres Pares, para que seja ela declarada de Utilidade Pública através desta Casa de Leis, com isso possibilitando que a mesma receba verbas junto ao Governo do Estado e conseqüentemente melhore seu índice de atendimento às pessoas ca-

rentes atendidas pela sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

O que me traz à tribuna hoje é informar a esta Casa que o nosso ex-Deputado Federal, ex-candidato a Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, uma das lideranças mais expressivas que o Brasil já produziu historicamente, está chegando neste momento em Curitiba. Lula vem participar de um ato promovido pelo Fórum Urbano-Rural em prol da reforma agrária no Brasil. Temos em andamento no Estado do Paraná, uma manifestação pública deste fórum, que congrega setores urbanos e setores rurais, com vistas a alertar à sociedade brasileira para o problema da não implementação de fato da reforma agrária no Brasil. A luta pela reforma agrária, e o MST, significa que temos problemas sociais sérios a serem resolvidos, e principalmente no setor rural. Porque nada é mais barato, nenhuma forma de geração de emprego é mais barata do que o processo de reforma agrária.

O emprego urbano, principalmente industrial, é seis vezes mais caro que gerar um emprego rural. Nada é mais fácil, que fazer a distribuição de renda do que através, por exemplo, da reforma agrária. Num processo que se insere, o cidadão que tem o instrumento de trabalho como a terra nos processos econômicos, insere este cidadão na economia. E, o projeto de reforma agrária, governo após governo federal é colocado nas gavetas e fica a nível de discurso.

Pela movimentação da sociedade, dos sindicatos urbanos, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicatos Rurais, também o MST nesse momento da discussão da problemática da reforma agrária, é um movimento que está sendo uniforme no Brasil inteiro, refletindo a problemática.

Tivemos em Minas Gerais conflitos com os trabalhadores que faziam esta manifestação. Tivemos também ontem em Alagoas essa violência desnecessária, o encurralamento do agricultor, prisão de vários agricultores, por estarem fazendo esta manifestação. Há inclusive um depoimento de pessoas ligadas à OAB, que estão acionando judicialmente as pessoas responsáveis por barrar esta livre manifestação, esta pacífica manifestação dos agricultores sem-terra. E também por impedir o direito constitucional de ir e vir. Como tivemos aqui no Paraná um problema em Santa Isabel do Ivaí, a violência no campo; tivemos uma prisão política, da Deolinda, que esteve

neste Parlamento usando esta tribuna. Uma prisão política sem nenhum critério.

Então, o que queremos, se no Paraná está acontecendo isto, a manifestação está sendo pacífica, está sendo acompanhada longe pelo próprio Governo do Estado, porque a briga não é, neste momento, contra o Governo do Estado. A briga é por uma decisão política por parte do Governo Federal. Porque temos propostas, porque temos propósitos para o setor rural.

O trabalho que vem sendo feito aqui na Assembléia, as discussões de vários projetos com relação à agricultura. A nossa inserção enquanto Bancada do PT, também com relação à violência no campo tentando inibir esse processo, mas trabalhando junto ao Executivo e também junto ao Judiciário do Estado do Paraná.

Lembrando, aí, do nosso Memorial pela Reforma Agrária, um sucesso absoluto no Estado do Paraná. A intervenção da Bancada do PT no episódio de Santa Izabel do Ivaí e também a intervenção da Assembléia teve um papel decisivo para tentar esclarecer aquela violência absolutamente desnecessária.

A reforma agrária também acontece com a interveniência desses Parlamentares, como o sucesso que tivemos na ocupação da Fazenda de Nova Cantu, onde hoje os agricultores estão produzindo feijão, arroz, suínos, etc. A presença de Lula mostra que o PT está do lado dos sem-terra. O Governo Federal tem que arcar com essas irresponsabilidades. Há responsabilidade de estar se agravando, sistematicamente, os conflitos do campo e não cumprir, nem de perto, suas metas de assentamento.

É por isso que trouxemos lideranças expressivas a nível nacional e estamos apoiando essa movimentação dos despossuídos, daqueles que só querem uma coisa: uma ferramenta de trabalho, que é a terra para produzir e inserirem no processo econômico do Paraná e do nosso Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, senhoras e senhores presentes a esta Sessão.

Acompanhamos todo o processo de negociação entre os professores do Paraná e o Governo do Estado que culminou com a proposta de uma nova tabela pelo Executivo e mais particularmente pelo Secretário de Administração, Reinhold Stephanes Junior e algumas pequenas vantagens para os professores.

Muitas vezes subimos a esta tribuna para cobrar do Governador uma solução para a crise generalizada por que passa a edu-

cação no Paraná, os graves problemas da escola pública: desde a falta de carteiras, de funcionários e condições de manutenção, laboratórios para o 2º grau. E, principalmente, para cobrar as promessas de campanha do Governador com relação ao salário dos professores.

Depois de muita luta, quando se esperava que várias reivindicações fossem atendidas, o Estado oferece uma tabela com pequenas vantagens para os professores e as reivindicações mais importantes nem sequer foram mencionadas. Na verdade, o Governador do Estado extingue dois níveis da carreira dos professores: PA-1 e PB-2, que praticamente estavam em extinção por causa da municipalização do ensino de 1º grau. Era um percentual muito pequeno para os professores que se encontravam enquadrados nesses níveis, que são extintos, e começa a tabela no quadro PC-3 e cria mais dois níveis superiores.

Na verdade é uma pequena vitória da APP, mas é muito pequena e por isso entendemos que a sensibilidade do Governo do Estado, dos Deputados da Assembleia Legislativa, é fazer com que essa vitória seja, pelo menos, um pouco maior. É verdade que o Estado cria dois níveis superiores, mas apenas em outubro os professores vão ser enquadrados nesses níveis. Perguntamos por que isso? Se esse níveis são criados em abril achamos que o enquadramento deva ser já a partir de abril e todo professor que tenha curso de Licenciatura Plena com anos de especialização deve ser enquadrado no último nível, que é o PG-7, tendo relativo aumento e deve ser enquadrado a partir de abril no nível PS-6 tendo também um pequeno aumento, se não, será muito pouco o que ganharão os professores.

Além disso, algumas reivindicações históricas da categoria como 50%: Vou dar um exemplo: na Universidade, no ensino superior, para cada hora de aula o professor recebe por uma aula de preparo. O professor da rede pública, não. Têm professores sendo obrigados a lecionar até 60 horas de aula por semana para sobreviver com um mínimo de dignidade, e a maior parte deles tem que ter dois padrões, lecionando 40 horas de aula, o que é um absurdo, porque não resta tempo para o professor se preparar; sua atuação cultural, lazer, leitura, condições de ser um bom professor na escola. Precisa ter tempo para isso. Achamos que essa reivindicação deveria ser atendida e o governo atendeu apenas, pensa em talvez oferecer 25% de hora-atividade.

Um dos aspectos mais graves do novo plano de tabela do governo é a questão dos aposentados. É uma coisa absurda e achamos que deve existir uma isonomia e mesmo ao nível federal, se obtém essas conquistas, apesar das tentativas do governo de retro-

cesso, que os aposentados sejam enquadrados da mesma forma que os professores na ativa e o governo não quer aceitar essa proposta da APP Sindicato. Professores, professoras que contribuíram 25, 30 anos com a sua vida para trabalhar a favor da escola pública, inclusive uma escola que merecia o nome de escola. Uma geração mais antiga como a minha, quando estudou, sabia que o professor era melhor tratado, tinha melhor salário, tinha mais dignidade e a escola pública era respeitada em todo o Paraná. Esses professores aposentados são discriminados vergonhosamente pelo governo. A única coisa que o governo aceitou é enquadrar os professores que se aposentaram num nível inferior ao PC-3 nesse nível, mas um professor aposentado que tenha Licenciatura Plena, não vai ser enquadrado na categoria PF-6 como se fosse da ativa e aquele que tenha feito um curso de especialização não vai ser enquadrado no último nível, que é o PG-7, com os ativos.

Subimos à tribuna para fazer um apelo aos Senhores Deputados, às Lideranças do Governo, do PT e ao Secretário de Administração, Reynold Stephanes Jr. e ao Sr. Secretário da Educação e ao Senhor Governador Jaime Lerner, que revejam urgentemente a situação dos professores aposentados, porque não se pode concordar com esse tipo de injustiça, além de todas as injustiças que são vítimas os professores do Estado do Paraná.

Apresentamos a nossa solidariedade. Estaremos presentes na Assembleia da APP no dia 16 e nossos protestos e reivindicações ao governo, para que não cometa essa injustiça com os professores e particularmente, com os aposentados.

Estará hoje aqui o professor José Mário Angeli que é Presidente do Sindicato dos Professores da Universidade de Londrina, para relatar aos Senhores Deputados a situação triste por que passa o ensino superior no Paraná e o salário dos professores e funcionários. Esse assunto vem trazer novas luzes para discussão na Assembleia Legislativa.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o que o Deputado Péricles Mello acaba de falar, é a preocupação do governo do Estado, basta ver que não veio nenhuma mensagem até o dia de hoje a esta Casa. De acordo com a liderança do governo, S.Exa. o governador e o chefe da Casa Civil que ora é empossado, Giovanni Giromedes, está revendo essa posição que é uma posição irreal. Não é essa a intenção do governo em prejudicar quem quer que seja, principalmente os senhores professores aposentados. O governador teve a sua professora, os secretários tiveram as suas

professoras e nós deputados, tivemos as nossas professoras, se não, não nos encontrávamos aonde realmente desfrutamos a posição de deputados.

Acho que o interesse é do Estado, a educação vai ser acertada. Só um pouquinho de paciência, não com palavras, mas com atos administrativos do governo do Estado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, concede a palavra ao Senhor Deputado Dr. Rosinha, do PT.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros índios da comunidade de Apucararinha, queria a atenção dos Srs. Deputados, gostaria que os Srs. Deputados prestassem um pouco de atenção, porque neste horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores vai fazer uso da palavra a comunidade Caigangue da reserva de Apucararinha para colocar a posição deles em relação ao Projeto de Lei nº 59/96, da Ordem do Dia de hoje. Convidaria o Pedro Cornélio, presidente do Conselho Indigenista da região de Guarapuava. E depois, logo em seguida, o Dorival de Oliveira, representando o cacique Caigangue, de Apucararinha. Eles vão dividir o tempo da Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa comunica a visita do ex-Senador Enéas Faria nesta Casa e sente-se honrada em recebê-lo.

O SR. PEDRO CORNÉLIO - Srs. Deputados, Sr. Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, como representante indígena, das comunidades indígenas Caigangue, da regional de Guarapuava, como Presidente também desta entidade, como representante indígena não poderia deixar de contestar a medida tomada no momento em que se decidiu criar o município da reserva indígena de Apucararinha. Isto não fere a Constituição do Estado. Ela dá este direito de criar qualquer município que seja. O questionamento nosso é em cima de um espaço de terra a quem queremos pertencer. Não eu, mas a comunidade de Apucararinha.

Gostaria que os caros Deputados sem exceção partidária, pensassem bem nesta questão. Também queira ou não, dentro da comunidade também sou um político. Pertencço ao mesmo Partido do Governo do Estado. Poderia pertencer a qualquer Partido dos senhores, mas acima de tudo está uma comunidade e esta comunidade tem que ser defendida. E quem deve defender é a gente como liderança indígena.

Quero que vocês pensem. Qualquer decisão precipitada, já tomada anteriormente e que foi tomada outra ontem a terceira por

votação de hoje a ser tomada nos prejudicará, vamos contestar isto em juízo, se for preciso. Acho que é um direito do cidadão brasileiro e fazemos parte desta sociedade, somos membros da sociedade e queremos que pelo menos, como índio e como cidadão brasileiro do Estado do Paraná, os Senhores Deputados pelo menos respeitem as nossas características culturais de defender o direito de espaço a que queremos pertencer.

Muito obrigado.

O SR. DR. ROSINHA - Também vai fazer uso da palavra, Dorival de Oliveira, representando o Cacique Caigangue, de Apucararinha.

O SR. DORIVAL DE OLIVEIRA - Meus Senhores Presidentes, meus Senhores Deputados, olha, sou representante do Cacique da reserva de Apucararinha. Já sou ex-Cacique de muitos tempos da reserva indígena. Só que é o seguinte, outra coisa que estou trazendo, acompanhando a comunidade, estou com 11 ex-Caciques aqui para resolvermos a questão de emancipação de Tamarana, como foi sem consultar, sem a comunidade, sem o cacique, sem chefe do Posto, sem a Presidente da Funai. Por isto que estou aqui conversando com vocês. Então, quero que vocês apoiem a comunidade indígena, porque primeiro tem que consultar quem está ali dentro.

E outra coisa, Londrina já fez muita coisa importante para nós. Temos bom entendimento com Londrina a título de saúde, educação, agricultura, e o que não queremos melhor do que isso, temos quatro professores monitores bilingues que são contratados pela prefeitura e se ficarmos com Tamarana não sabemos se vai ter isso, se vai ter saúde, educação, agricultura, não sabemos isso. Então quero apoio de vocês daqui de dentro para apoiar a comunidade indígena.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o horário da liderança do PT está praticamente esgotado e conversei com o Deputado Cezar Silvestri para ceder o horário do PSDB no qual ele consentiu e gostaríamos de que o ex-Cacique João também Caigangue, fizesse uma exposição da situação deles e da razão que queremos o apoio ao projeto de lei.

O SR. JOÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos no momento também deixar a minha palavra, a minha declaração e um pensamento de que os Senhores fossem, a respeito do índio, que estamos mais uma vez aqui pedindo que os Senhores reconheçam o direito do índio, quero dizer aos Senhores que nós índios de Apucararinha

não somos contra a emancipação de Tamarama, mas somos contra daquilo que às vezes esquecem do direito do índio e do direito do ser humano, que o índio também é um ser humano, então o direito nosso que queremos que seja respeitado como nós também, o índio também respeita as leis, o direito, o branco. Então queremos que os Senhores Deputados pensem neste caso, não somos contra, não queremos que alguém pense que somos insuflados por alguém, mas queremos dizer que brigaremos pelo nosso direito, pedimos o nosso direito então quero que os Senhores pensem na hora de votar, ver em suas consciências qual é o direito do ser humano e que os índios nesta tarde estão aqui pedindo.

Muito obrigado.

O DR. ROSENHA - Agradecemos a atenção de V.Exas. e esperamos o apoio a esta comunidade e no momento oportuno da votação faremos uso da palavra e a exposição a razão ainda mais concreta do que até estes depoimentos. Concreta no sentido da Lei do Branco, da Legislação Brasileira, porque mais concreto do que o drama que eles vivem é só eles que podem dizer mas para nossa realidade legal e constitucional faremos a argumentação no momento de encaminhar a votação, e Sr. Presidente, gostaria de no momento da votação fazer uso do artigo 253 do Regimento Interno para discutir o Projeto de Lei.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Sr. Presidente peço a palavra pela ordem para comunicar à Casa da presença do nosso ex-Senador e amigo Enéas Faria, com muita satisfação Enéas que sempre foi um homem público de 1.^a grandeza que muito honrou o Paraná com o seu trabalho sério em Brasília e sempre teve uma vida pública honrada e dedicada e esta Casa se sente com muita satisfação em receber a visita do ex-Senador Enéas Faria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado. Palavra com o Deputado Marquinhos Alves.

O SR. MARQUINHOS ALVES - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Voltamos a tribuna novamente para relatar com bastante alegria na manhã de hoje na Cidade de Maringá.

Tivemos hoje a inauguração da penitenciária, um sonho antigo que hoje se concretizou na Cidade de Maringá.

E queremos relatar aqui a nossa alegria e agradecer ao Deputado que na ocasião era Secretário da Justiça, Deputado José Tavares, que foi o idealizador dessa grande obra que Maringá hoje concretiza. Deputado José Tavares aqui, nós maringenses Deputado, eu aqui em nome da população

de Maringá quero agradecer e quero deixar o meu voto de contentamento a população de Maringá.

É um fato histórico, construído e edificado com bastante esforço e uma conquista do Governo do Estado do Paraná. Queremos também não tirar os méritos, porque uma obra dessa conjuntura, iniciada no Governo Requião, ora concretizada no Governo Jaime Lerner.

Queremos aqui, dizer muito obrigado ao Governo Jaime Lerner, por este presente à Maringá, que venha nos trazer a tranquilidade. Construída dentro dos padrões de uma penitenciária, acomodará 360 internos, que cumprem penas privativas de liberdade. Uma penitenciária nos moldes da penitenciária Estadual de Londrina.

Deverá também ter cursos profissionalizantes, muito importantes. E só no ano de 95, a Penitenciária Estadual de Londrina, ofertou cerca de 40 cursos profissionalizantes, o mesmo deverá acontecer em Maringá.

Estamos cientes disso. Estamos também com certeza, que com outros órgãos da atividade industrial e comercial, deverá render ganho aos presidiários, durante todo o período em que cumprem a pena.

E estamos aqui reconhecendo esse esforço, reconhecendo a luta do Governo do Estado do Paraná, que vem fazendo todo o possível para melhorar a vida dos que cumprem pena em presídios.

A descentralização do sistema carcerário vem tentar modificar e humanizar o tratamento dado a essas pessoas, modificar para melhor, visando separar presos de alta periculosidade dos presos comuns, modifica o sistema ofertando melhores condições de vida a que lá está por um longo período, podendo adquirir uma nova produção e hábitos de trabalho, o que não era comum em sua vida pregressa.

Maringá, com a sua penitenciária estadual tentará dar um novo rumo ao sistema penitenciário da região, e tem condições para isso, uma tradição humanística cristã do seu povo, no desejo de transformar e recuperar as pessoas.

Para tanto, Maringá contou com a ajuda dos Governos Estaduais, do atual na pessoa do Governador Jaime Lerner, na pessoa também do Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, Dr. Edson Luis Vidal Pinto, do governo anterior, também que teve repetido, o nobre Parlamentar Deputado José Tavares, que foi um baluarte, é um baluarte na defesa da construção de penitenciárias no interior.

Então, parabéns, nobre colega José Tavares ao governo do Estado do Paraná, parabéns ao povo de Maringá e ao povo do Paraná, era só isso Sr. Presidente, que não deveria deixar de passar a limpo esse meu

relato, essa conquista para Maringá, o qual presenciamos hoje, muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 106/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que ordena a composição, as atribuições e recursos do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná - CONCITEC e estabelece outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E. e C.A.I.C.. EMENDA DA C.C.J. E SUBSTITUTIVO GERAL DA C.E.C.E.. EM REGIME DE URGÊNCIA (Publ. no DA. n° 33, de 18.04.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 106/95

P A R E C E R :

O plano de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Orlando Pessuti ordena a composição, as atribuições e recursos do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná - CONCITEC.

A criação do CONCITEC decorre do disposto no artigo 205 da Constituição Estadual, motivo pelo qual, desde a destinação da parcela tributária de que trata o mencionado artigo, fazia-se necessária a criação desse órgão para gerir os recursos do CONCITEC.

A única objeção que apresentamos à matéria em exame é de ordem constitucional e se refere a estipulação da composição do Conselho inserida no artigo quarto, tendo em vista que o artigo 66 da Constituição Estadual, em seu inciso IV, conforme segue transcrito, veda essa iniciativa:

"Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das secretarias de estado e órgãos da administração pública."

Em face do exposto, a composição do Conselho é de competência do Poder Executivo Estadual, razão pela qual condicionamos o parecer favorável a tramitação do Projeto de Lei Complementar n° 106/95 a aprovação de emenda suprimindo o artigo 4° da referida proposição.

Cabe-nos destacar que, segundo contatos com a assessoria do autor da matéria, as entidades elencadas no artigo 4° do Projeto de Lei Complementar em análise foram informadas sobre a tramitação do projeto e somente a OCEPAR se manifestou até o presente momento, conforme cópia apensa.

Sala das Comissões, em 21.06.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EMERSON NERONE - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 106/95

Fica suprimido o artigo 4° do Projeto de Lei Complementar n° 106/95 e reenumerados os demais artigos.

Sala das Sessões, em 20.06.95

(a) EMERSON NERONE - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 106/95

P A R E C E R :

A proposição em tela, de autoria do deputado Orlando Pessuti, tem por escopo estabelecer a composição, as atribuições e recursos do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná - CONCITEC, afora outras providências.

No que concerne a competência desta Comissão, considera-se a orientação do artigo 205 da Constituição do Estado do Paraná para a gestão dos recursos, que apesar de não implicar em despesas extraordinárias para o Executivo, já que previstas em orçamento, fere a deliberação na administração das verbas, caso não haja paridade na composição do CONCITEC, conforme determina o dispositivo constitucional. Ad cautelam, recomenda-se a manifestação da Comissão de Educação, Cultura e Esportes sobre a matéria, até porque a mesma pertine à pesquisa científica e tecnológica.

Isto posto, o parecer favorável fica condicionado à manifestação da Comissão de Educação deste Poder, que deverá ouvir as entidades ligadas ao setor.

Sala das Comissões, em 27.06.95

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DOUTOR ROSINHA - Relator.

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 106/95

P A R E C E R :

Para análise desta Comissão Projeto de Lei em epígrafe do nobre Deputado Orlando Pessuti, propõe a regulamentação do artigo 205 da Constituição Estadual que destina 2% da receita tributária do Estado para o fomento da pesquisa científica e tecnológica.

Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça condicionado a aprovação de emenda supressiva, suprimindo o artigo 4° do projeto. Também obteve aprovação da Comissão de Finanças condicionando a manifestação da Comissão de Educação que após ter ouvido as entidades ligadas ao setor apresentou substitutivo geral com parecer favorável ao mesmo.

A proposta é de extrema importância para o setor agropecuário, pois a citada regulamentação, permitirá alocação de recursos específicos ao setor de pesquisa de nosso Estado, dando condições para que o Estado desenvolva tecnologias de aumento da produção e produtividade, acompanhando desta forma o desenvolvimento tecnológico e científico nacional e internacional.

Assim sendo, esta Comissão é de parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 31.10.95

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI

Presidente e Relator.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI N° 106/95

P A R E C E R :

O Projeto de Lei de autoria do Deputado Orlando Pessuti visa disciplinar a Composição, as atribuições e recursos do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná - CONCITEC.

A proposta atende às disposições legais e Constitucionais atinentes à matéria orçamentária.

A regulamentação do artigo 205 da Constituição Estadual. Faz-se necessária e é de extrema importância.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.11.95

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 106/95

P A R E C E R :

Para análise desta Comissão o Projeto de Lei Complementar n° 106/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que "Ordena a composição, a atribuições e recursos do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná - CONCITEC e estabelece outras providências".

A Constituição do Estado do Paraná em seu artigo 205 determina que será estabelecida em lei a regulamentação dos recursos destinados ao fomento da pesquisa científica e tecnológica.

Após reunião desta Comissão e audiência com a Sra. Emília Belinati, vice-Governadora, que contou com a presença dos Deputados Algaci Túlio, Joel Coimbra, o autor da presente proposição e o Grupo Pró-Regulamentação do Artigo 205, constituído por representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Universidades Estaduais, Universidade Federal do Paraná, Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Associação das Empresas de Biotecnologia, Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Associação dos Docentes das Universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado do Paraná e outros representantes, foi elaborado o SUBSTITUTIVO GERAL que - acompanha o presente, que tem o apoio dos parlamentares e entidades acima citadas.

O nosso Parecer é favorável ao SUBSTITUTIVO GERAL.

Sala das Comissões, em 20.09.95

(aa) PÉRICLES MELLO

Presidente e Relator.

SUBSTITUTIVO GERAL
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 106/95

CAPÍTULO I

ENTIDADE DE FOMENTO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Art. 1° - A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Paraná - FAPEPAR - Órgão Fundacional com personalidade jurídica pública, capacidade de auto-administração, inclusive autonomia financeira e finalidades específicas definidas nesta lei, compete o estabelecimento das diretrizes e formulação da política estadual de fomento à pesquisa científica e tecnológica.

Art. 2° - São atribuições da FAPEPAR a promoção e o amparo aos projetos de pesquisa básica e tecnológica, com o objetivo de contribuir para o progresso social e econômico do Estado do Paraná.

Art. 3° - Para a consecução dos seus objetivos a FAPEPAR pode celebrar convênios com órgãos públicos e pessoas físicas ou jurídicas nacionais e estrangeiras observadas a legislação específica.

Art. 4° - A FAPEPAR terá um Conselho Deliberativo com a seguinte composição:

I - Quatro (04) representantes do Poder Executivo, indicados pelo Governador do Estado;

II - Quatro (04) membros da comunidade

tecnológica indicados em processo democrático coordenado pelo Centro de Integração de Tecnologia do Paraná - CITPAR;

III - Quatro (04) membros da comunidade científica, indicados em processo democrático coordenado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Secretaria Regional do Paraná;

IV - Quatro (04) membros da comunidade empresarial, indicados pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná e pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná;

V - Quatro (04) membros da comunidade trabalhadora indicados por um fórum que congregue suas entidades de classe.

Parágrafo Único - Todos os membros indicados deverão ter reconhecida competência científica e tecnológica.

Art. 5º - Os representantes serão nomeados Conselheiros por Decreto do Governador do Estado para um mandato de quatro (04) anos, permitida a recondução.

Parágrafo Único - Cinquenta por cento (50%) do Conselho renovar-se-á a cada período de dois (02) anos.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA FAPEPAR

Art. 6º - A FAPEPAR reger-se-á por estatuto próprio aprovado pela maioria absoluta dos seus Conselheiros, fixando suas atribuições específicas e competências.

Art. 7º - A FAPEPAR é constituída por um Conselho Deliberativo, uma Diretoria e uma Assessoria Técnico-Científica.

Art. 8º - Integram o Conselho Deliberativo todos os membros nomeados na forma prevista nos artigos 4º e 5º desta lei.

Art. 9º - A Diretoria é composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Diretor Técnico-Científico e Diretor Administrativo-Financeiro.

§ 1º - Os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Diretoria são privativos do Presidente e Vice-Presidente do Conselho Deliberativo e serão preenchidos por decisão dos membros referidos no artigo 4º desta lei e nomeados pelo Governador do Estado.

§ 2º - Os cargos de Diretor Técnico-Científico e do Diretor Administrativo-Financeiro são de nomeação do Governador do Estado, mediante lista tripla elaborada e aprovada pelo Conselho Deliberativo.

§ 3º - A Diretoria é formada para cumprir mandato de dois (02) anos.

Art. 10 - A Assessoria Técnico-Científica, subordinada ao Diretor Técnico-Científico será formada exclusivamente por consultores "ad-hoc", indicados pelo Conselho Deliberativo.

CAPÍTULO III

RECURSOS DA FAPEPAR

Art. 11 - A FAPEPAR é a gestora dos recursos derivados da parcela mensal da receita tributária do Estado conforme o disposto no artigo 205 da Constituição do Estado do Paraná, de recursos de outras fontes, além daqueles decorrentes do artigo 3º desta lei.

Parágrafo Único - Constituirão, ainda, recursos da FAPEPAR aqueles provenientes de doações, legados, subvenções, rendas de seu patrimônio e saldos de exercício.

Art. 12 - As despesas administrativas da FAPEPAR, inclusive de pessoal, não poderão ultrapassar cinco por cento (5%) do seu orçamento.

Art. 13 - O Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCEITEC é subordinado à FAPEPAR, que é gestora de seus recursos.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14 - É vedada à FAPEPAR criar ou manter órgãos próprios de pesquisa e assumir encargos administrativos de outras instituições de pesquisa científica e tecnológica.

Art. 15 - A função de Conselheiro e Consultor "ad-hoc" são honoríficas, não lhes cabendo qualquer espécie de gratificação ou remuneração a qualquer título.

Art. 16 - O primeiro Conselho Deliberativo será composto por dez (10) membros com mandatos de dois (02) anos e dez (10) membros com mandato de quatro (04) anos, nomeados na forma prevista nesta lei.

Art. 17 - A reunião de instalação da FAPEPAR deverá ser realizada no prazo máximo de noventa (90) dias, contados da publicação desta lei, devendo seu estatuto ser aprovado até trinta (30) dias decorridos da data de instalação.

Art. 18 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.09.95.

(aa) PERICLES MELLO, JOEL COIMBRA, EDUARDO TREVISAN, ORLANDO PESSUTI e WALMOR TRENTINI.

A Mesa adverte que a Lei Complementar, vige no mínimo 28 votos. Senhores Deputados que aprovam o Projeto, conservem-se como estão. Aprovado.

ITEM 02

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/95, de autoria do Deputado Nereu Ramos, que autoriza o Poder Executivo a criar e a instalar uma Delegacia Anti-tóxico na Cidade de Pato Branco. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 56/95, de 24.05.95.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 186/95

P A R E C E R :

O plano de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Nereu Moura, autoriza o Poder Executivo a criar e a instalar uma Delegacia Anti-tóxico na cidade de Pato Branco.

Analisando a matéria, constatamos que a mesma não está dotada do caráter da imperatividade e não possui sanção, ou seja, não obriga e, conseqüentemente, não produz conseqüências para o descumprimento do respectivo preceito. Não pode ser vista, dessa forma, como norma jurídica ou lei propriamente dita, porque, do ponto de vista do ordenamento jurídico, a transformação da sobredita proposição em lei é inócua.

Sob os aspectos constitucionais, legais e da técnica legislativa, nada encontramos que possa obstar a tramitação do plano de lei em exame, porque autorizatório.

Entretanto, o projeto de lei serve para apontar ao Governo do Estado uma deficiência constatada pela população e que foi deixada de lado pelo plano de trabalho do Poder Executivo Estadual, motivo pelo qual enseja amplo debate de mérito.

Em razão do exposto, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei n° 186/95.

Sala das Comissões, em 06.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EMERSON NERONE - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 186/95

P A R E C E R :

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei supra marginado de autoria do nobre Deputado Nereu Moura que autoriza o Poder Executivo a criar e instalar uma Delegacia Anti-tóxico na cidade de Pato Branco.

Tendo sido submetido à análise da doutra Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças, embora não determine a origem dos recursos para a instalação da referida Delegacia, não vislumbramos nenhum óbice quanto à sua tramitação, tendo em vista principalmente o relevante valor social do presente projeto de lei.

Desta forma, opinamos favoravelmente ao Projeto de Lei n° 186/95.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 27.06.95.

(a) ÉLIO RUSCH - Presidente e Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA
PROJETO DE LEI N° 186/95

P A R E C E R :

O presente Plano de Lei, de autoria do Exmo. Deputado Nereu Moura, tem como obje-

tivo autorizar a Secretaria de Estado da Segurança e instalar uma Delegacia de Polícia especializada em Tóxicos e Entorpecentes no Município de Pato Branco.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável, eis que o nobre Par bem demonstrou em seu Projeto de Lei a necessidade e a indispensabilidade da instalação de uma Delegacia Anti-tóxicos em Pato Branco, principalmente face à aquela municipalidade estar se revelando como rota do Tráfico de Drogas, tendo em vista a proximidade fronteiriça com o Paraguai e a Argentina.

Militam ainda a favor do presente projeto de lei a inexistência de sobrecarga adicional para os Cofres Públicos do Estado face a medida aprovada; pelo contrário, a relação custo-benefício, no presente caso, aponta para o equacionamento favorável no sentido do atendimento ao bem comum.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 07.08.95.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
ANGELO VANHONI - Relator ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 200/95, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, autoriza o Poder Executivo a Instituir o Programa de Lotes Urbanizados e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. Aprovado. (Publ. no DA. n° 61, de 01.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 200/95

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Eduardo Trevisan, o Projeto de Lei n° 200/95, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a instituir o Programa de Lotes Urbanizados e dá outras providências.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo tratar-se de medida meramente autorizatória, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 20.06.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 200/95

P A R E C E R :

O projeto de Lei de n° 200/95, de autoria do nobre parlamentar Eduardo Trevisan, tem por finalidade autorizar o Governo do Estado do Paraná a instituir o Programa de Lotes Urbanizados e dá outras providências.

O Projeto foi devidamente apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça, tendo sido opinado favoravelmente.

No âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação,

até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, o parecer favorável. É o relatório.

Sala das Comissões, em
(aa) NEREU MOURA - Presidente
TOTTI COLAÇO - Relator

ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 219/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que institui a realização obrigatória de exame Psicológico da Avaliação Pessoal para portadores de arma de fogo, no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e S.P.. **Aprovado.** (Publ. no DA. n° 70, de 14.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA -
PROJETO DE LEI N° 219/95

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Luiz Accorsi, objetiva instituir a realização obrigatória de exame psicológico de avaliação pessoal para portadores de arma de fogo, no Estado do Paraná.

Embora não caiba a esta Comissão a análise sobre o mérito da matéria, não há como deixar de se reconhecer o alto significado da medida ora propugnada, pois através de sua decorrente lei, somente cidadãos psicológica e emocionalmente preparados poderão portar armas de fogo, no âmbito do Estado, o que, certamente, importará em maior segurança à população.

Quanto aos aspectos atinentes à legalidade e constitucionalidade da proposta, nada há que possa obstar sua normal tramitação.

O parecer, portanto, é favorável.

Sala das Comissões, em 27.06.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 219/95

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo instituir a realização obrigatória de exame psicológico de avaliação pessoal para portadores de arma de fogo, no Estado do Paraná.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, de acordo com o § 9° do art. 33 do Regimento Interno, entende que o autor foi muito feliz, através da justificativa muito bem colocada, pois aquele cidadão pacato sem antecedentes criminais e de boa conduta, pode se tornar um assassino em potencial com uma arma de fogo em suas mãos, se não levado em conta de ter ele capacidade psicológica ou não para portar tal arma.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.08.95

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
EDNO GUIMARAES - Relator.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 219/95

P A R E C E R :

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica, versa sobre o Projeto de Lei n° 219/95, de autoria do ilustre Deputado Luiz Accorsi, que tem por finalidade tornar obrigatória a realização de exame psicológico de avaliação pessoal para portadores de arma de fogo, no Estado do Paraná.

Verificamos tratar-se de proposta altamente significativa, visando concretizar medidas de segurança e bem-estar social.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.08.95

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
EDSON LINO - Relator

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 059/96, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que altera a REDAÇÃO da Lei n° 11.224, de 13 de dezembro de 1995, que criou o Município de Tamarana, conforme específica. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J.. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** (Publ. no DA n° 16, de 13.03.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 059/96

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, tem por objetivo alterar a redação da Lei n° 11.224, que criou o Município de Tamarana.

FUNDAMENTAÇÃO

Apesar de entendermos a motivação do Nobre Deputado Florisvaldo Fier, que procura propiciar melhores condições de atendimento aos indígenas da localidade de Apucarantina e achar que o novo Município de Tamarana não teria condições sócio-econômica para desenvolver um programa para atender àquela população, a proposição em tela esbarra na Lei Complementar n° 70, de 03 de agosto de 1.993, que alterou a Lei Complementar n° 56 e decretou o seguinte:

"A criação de municípios e suas alterações territoriais só poderão ser feitas até o dia 31 de dezembro do ano anterior ao dia da eleição municipal".

CONCLUSÃO

Isto posto, somos de parecer contrário ao Projeto de Lei nº 59/96, opinando-se pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 09.04.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

Há dois requerimentos. Há um requerimento do Deputado José Tavares, com apoio dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Toti Colaço e Ricardo Chab, que requer arquivamento do Projeto - Indeferido. Embora seja um requerimento regimental, enquanto esta Presidência eu exercer, decido que este requerimento depende de aprovação da Assembléia.

Há um requerimento do Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Senhores Deputados Ricardo Chab, José Tavares, Caio Quintana e Toti Colaço, que transfere para 7 de outubro do corrente ano, a votação do projeto - Indeferido.

O SR. FLORISVALDO FIER (Para Discutir) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria da atenção de V.Exas. para este projeto o Projeto de Lei 059/96, diz respeito ao Município de Tamarana, o novo município e o qual tem a Comunidade Caigangue aqui.

Gostaria de fazer uso da palavra somente uma vez. Por isso, que peço atenção. Quero encaminhar os dois requerimentos e o projeto de lei ao mesmo tempo.

Nós não apresentamos o projeto de lei, tínhamos claro que a nossa abordagem dizia respeito ao Artigo 231, o Artigo 232 da Constituição Brasileira.

Estes legisladores, do qual o Deputado José Tavares se encontra presente, naquele momento de elaborar a Constituição, tiveram em mente que comunidades indígenas, os povos indígenas deveriam ser tratados de maneira diferente e não de maneira massificada; foi o entendimento dos legisladores.

Por isso, garantiram na Constituição esses dois artigos que dizem: "Que são reconhecidos os índios, sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a união demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

Os legisladores deixaram claro que devem ser tratados de maneira diferenciada. Quando nós aprovamos o Município de Tamarana como legisladores, lapso, provavelmente de todos nós, na qual eu me incluo, não tratamos de maneira diferente e foi tratado de maneira massificada contrariando a Constituição. Por entender que este foi um erro, estou aqui há seis anos e pe-

la primeira vez apresento um projeto de lei solicitando a mudança de limites de um município, porque nunca fiz isso e nem apresentei projeto de lei criando município.

O fiz agora por ter o entendimento do erro que incorremos como legisladores e, que nós, poderemos corrigir. Nesse sentido é que eu peço a derrubada dos dois requerimentos apresentados: um pelo deputado e ex-Constituinte, José Tavares e outro, pelo Deputado Orlando Pessuti.

Há uma certa argumentação de que os índios, como foi dito ontem pelo Deputado Orlando Pessuti, preferem a cidade de Londrina, que tem um nome inglês, do que a cidade de Tamarana.

Em 1670, já eram os índios caigangues habitantes daquela região. Lá viveram e morreram os seus antepassados. Ao longo dos anos a civilização branca começou a destruir tudo o que era deles: a sua cultura, o seu patrimônio, os seus bens.

E, hoje, em 1900, com novas demarcações de terra e o aldeamento dos caigangues, foi reduzido a território deles, a oitenta mil hectares. Mas novamente o homem branco veio a reduzir as terras, pois em 1949, através de um decreto federal, essa terra foi reduzida ainda mais. Hoje, eles vivem em seis mil e trezentos hectares. Se há anos atrás, eles estavam a cinco quilômetros dos distritos de Tamarana, da região urbana, hoje, se encontram a trinta quilômetros da região de Tamarana. Foi uma civilização branca que só fez destruí-los, enquanto povo branco destruindo a cultura indígena e destruindo e conquistando a sua terra.

Se nós temos que tratar de uma maneira diferenciada, de acordo com que reza a Constituição, é isso que nós desejamos fazer. Os povos caigangues os índios guaranis vivem no Sul do Brasil a cerca de três mil anos, Senhores Deputados. Imigraram de região mais ao Norte por razões que nós não sabemos. Mas além disso, duas nações viviam dezenas de outros grupos que foram completamente disseminados pelas ações dos conquistadores europeus. Os caigangues e os guaranis que vivem atualmente no nosso país, no nosso Estado, são apenas uma parte da grande Nação que eram e que foi sendo destruída ao longo do tempo. E é essa Nação, que hoje eu peço aos Senhores Deputados: vamos continuar preservando essa nação!

Uma ocasião, li uma declaração de um caçador de índios que dizia o seguinte: "Após ter dado o tiro nele, cheguei perto e vi que ele chorava, como se fosse gente". Pois nós que temos a consciência de cidadão, não devemos dar o tiro da lei, já que não estamos dando o tiro do revólver. Não devemos contribuir para que novas

civilizações, novos povos ou novas crianças que nascerão, ou esses que lá vivem, tenham que verter lágrimas para provarem que são humanos, como precisou presenciar aquele caçador de índios.

Uma outra questão que se coloca diz respeito de que lá existe uma hidrelétrica da COPEL, que rende royalties ao Município de Tamarana. Aqui está a declaração da Secretaria de Finanças do Estado. Durante o ano passado rendeu dezesseis mil reais por mês para o Município de Londrina, com royalties. Se o município criado, como Tamarana, precisar de dezesseis mil reais por mês para sobreviver, não deveria ter sido criado como município, porque isso é infimo, como arrecadação, para um município que deseja ter pernas próprias e caminhar. Ou como disse o cacique Dorival, para mim, ontem, Tamarana é um menino, e menino tem que ser cuidado, menino não tem condições de cuidar de adulto.

E a comunidade Caigangues é uma comunidade adulta, na qual vai colocar um menino sem experiência e desprovido de condições financeiras para cuidar desses adultos.

Enquanto o Município de Londrina recebeu 198 mil reais durante o ano todo, o município acabou gastando cerca de 198 mil reais para atendimento, sem contar transporte, sem contar cesta básica - todos os meses aquela comunidade que necessita, uma vez que o Deputado Cezar Silvestri, o Deputado Cleiton Kielse, estiveram comigo naquela comunidade e lá verificamos que 40% da população que lá vive, eram desnutridos - há quatro anos atrás.

E a prefeitura começou a fornecer uma assistência social nesta área, com o fornecimento de cestas básicas todos os meses. Com transporte, cesta básica e leite para todas as crianças - foi fornecido nesse período e não está computado nas despesas de 1.995.

Portanto, toda a reclamação do Município de Londrina, por causa dos royalties da COPEL, são investidos na própria comunidade. E é isso que eles desejam, e nós sabemos que o próximo prefeito de lá vai permanecer atendendo essa comunidade, e é isso que essa comunidade indígena deseja e por isso que querem continuar no Município de Londrina, e eles querem continuar porque eles têm certeza que independente do resultado eleitoral, o prefeito que assumir terá condições para sustentar aquela comunidade através de subsídios que forem necessários.

Há uma alegação de que esses royalties... alguns acham que esses royalties permanecerão ao longo do tempo dentro dessa comunidade por causa daquela hidrelétrica da COPEL.

A COPEL está planejando e tem progra-

mado a construção de hidrelétrica no rio Tibagi. Uma delas inundará a Bacia de Apucarantina, e novamente a comunidade Caigangue perderá a terra e perderá a área de plantio. E mais ainda, necessitará naquela coesão, naquele momento, do atendimento às suas necessidades.

Senhores Deputados, peço encarecidamente, vamos sair do legalismo puro e simples, vamos botar a nossa mão na consciência e vamos ver o que os nossos ancestrais fizeram com essas comunidades, foram levadas à destruição, à miséria e à morte.

Que nós contribuamos para que essa comunidade tenha o seu desejo atendido. Se erramos, nesta legislatura, ao votar com o Município de Tamarana, vamos rever de novo, e quero dizer para os Senhores Deputados mais uma questão como argumento: "Senhores Deputados, quando foi criado o município, no propósito de criar o Município de Palmerinhas, ia ser criado e levado junto o Fortim de Atalaia que o Deputado Cezar Silvestri conhece. A comunidade indígena entrou com uma ação judicial e não evoluiu o Município de Palmerinhas". Se desejarmos, se a comunidade indígena desejar, ao entrar com recursos onde já há jurisprudência, não é a comunidade de Caigangues que vai para Londrina, nós vamos acabar com o Município de Tamarana, e não é esse o desejo, nós não queremos isso".

E uma outra questão, Senhores Deputados, começa, quinta-feira em Londrina, uma reunião, um encontro internacional de organizações não governamentais pela causa indígena na qual o povo caigangue vai estar presente, e não queremos levar a imagem para o mundo de que essa Assembléia Legislativa é insensível e o mundo todo enviar o protesto a esta Casa pela nossa insensibilidade. Nós, Senhores Deputados, só temos a ganhar com respeito a essa Comunidade.

Por favor rejeitemos os dois requerimentos, votemos favoráveis a esse projeto e que se pelo menos até hoje não atendemos as comunidades indígenas do nosso Estado, vamos fazê-lo agora. E se aqui eles não vieram no momento da tramitação da lei é porque eles não sabiam que estava tramitando aqui. Nunca foram procurados por ninguém e nenhum de nós deputados para dizer que estava tramitando aqui, nem pelo deputado autor da lei e nem por esse que hoje defende a causa. Todos nós erramos e podemos recuperar esse erro e rever esse erro, votando contra esses dois requerimentos e aprovando o Projeto de Lei.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) -
Senhor Presidente, entendo que nesse momento, não é questão de levantarmos aqui

questões históricas ou irmos à tribuna, como vai o Deputado Florisvaldo Fier, para tentar colocar versões e afirmações que não foram nossas, tentando com isso denegrir a nossa imagem perante algumas pessoas, e tentando confundir a opinião dos Senhores Deputados.

Cabe nesse momento a Assembléia decidir se quer discutir esse assunto no dia de hoje, ou se quer como foi manifestado ontem na Comissão de Constituição e Justiça analisar esse assunto à luz da Legislação Estadual e não evidentemente ferindo princípios de legislação do nosso Estado, que estabelece o não desmembramento de áreas de um município para outro, da não criação de um município para outro em anos eleitorais. Se o entendimento da Assembléia de que nós deveremos continuar discutindo criação de municípios agora no mês de abril, maio e junho, se esta for a opinião da Assembléia, confesso Senhor Presidente que ficarei muitíssimo satisfeito, porque na condição de segundo maior criador de municípios, perdendo apenas para V.Exa. quero dizer que tenho pelo menos mais uns três municípios ainda para criar. Mas sei que não é esse o comportamento que quero adotar na Assembléia Legislativa. Não é questão de nos colocarmos contra a comunidade indígena, porque ontem quando saí da reunião da CCJ, a primeira providência que tomei foi realizar uma reunião com a Comissão pró-emancipação de Tamarana, que hoje a Comissão está trabalhando pró-instalação do Município de Tamarana, mostrar a eles a importância desse assunto ser discutido na Assembléia e de ser discutido lá em Tamarana entre esta Comissão e a comissão indígena, para que ao final dessa conversação dos moradores líderes da emancipação de Tamarana com a comunidade indígena, se ao final dessa conversação resultar que a comunidade indígena deva permanecer com Londrina e não com Tamarana que a própria Comissão nesse sentido apoie. E trago aqui hoje a manifestação das lideranças daquele trabalho de emancipação, no sentido de que estão abertos ao diálogo a partir de agora, para juntos decidirem os emancipadores de Tamarana com a Comunidade Indígena, se Tamarana deve permanecer com Londrina ou se concorda com a permanência em Tamarana. Porque esse assunto não foi discutido em Tamarana, não foi discutido em Londrina e foi trazido à Assembléia neste ano, onde o relatório do Deputado Belinati, os apertes que fizeram o Deputado Tavares, colocaram com clareza o que dispõe a Lei Complementar nº 70.

Então não é questão de ser contra ou a favor, eu pessoalmente quero dizer aos Senhores Deputados que entendo que se essa for a vontade da comunidade indígena de pertencer ao Município de Londrina, que

assim se processe, mas que se processe da forma como disse o Deputado Tavares, que se elabore o Projeto de Resolução, que se faça uma consulta plebiscitária, e sendo esta a manifestação da comunidade indígena, faça-se um projeto de lei e, se transfira essa área que hoje é de Tamarana para Londrina e, não da forma como o Deputado Florisvaldo Fier encaminhou.

Então, quero neste momento dizer aos Senhores Deputados que, atendendo a sugestão ótima do Deputado Nelson Justus, do Deputado Antonio Annibelli que se manifestaram neste sentido na CCJ, e que, assumiram inclusive um compromisso, que nós, para evitarmos qualquer posicionamento nesta hora, que sejam posicionamento político ou eleitoreiro às vésperas de uma eleição, tem gente querendo já utilizar a comunidade indígena num processo de campanha eleitoral, que deixemos para discutir este assunto para depois das eleições municipais no dia 3 de outubro e, aí no dia 7 de outubro possamos comparecer aqui, depois de a comunidade indígena já ter se reunido com os emancipadores lá de Tamarana, trazer uma posição definitiva. E se a posição for permanecer em Londrina, todos nós votaremos a favor da permanência da comunidade indígena com Tamarana, e não fazer agora às vésperas de uma eleição tentando tirar disso um proveito político.

Nós lembramos ontem que, a questão de Tamarana foi discutida nesta Assembléia por cinco anos e, agora mais um pouco já estamos no sexto ano deste assunto sendo discutido. Nunca se levantou isso. Está se levantando agora, quando, juridicamente não se pode votar esta matéria. Então, eu peço a compreensão dos senhores deputados, o Pessuti não é contra a comunidade indígena nenhuma, tem no município de Cândido de Abreu e Manoel Ribas, município que desde 1982 sou sempre o Deputado Estadual mais votado, tenho um relacionamento ótimo com as comunidades indígenas. Temos lá junto com os prefeitos, e com ex-prefeitos movido uma ação de trabalho, esta aí Partistelle que é da Assessoria Indígena do Governo Jaime Lerner, conhece o nosso dia a dia junto com essas comunidades. Nós que remos ajudar sim, a comunidade indígena lá de Apucarantina, lá de Tamarana, lá de Londrina, mas não queremos fazer como alguns politicagem em cima daquilo que é de direito dos índios. Nós queremos fazer as coisas com sensatez, com equilíbrio e com tranquilidade. E, equilíbrio e tranquilidade é votarmos este projeto a partir do dia 7 de outubro depois das eleições municipais.

Muito obrigado.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar) -
Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Quero ler primeiramente o manifesto dos índios Caigangues entregue aos Deputados. (Lê):

"Nós, índios Caigangues, estamos aqui nesta Casa, para solicitar aos Senhores, que aprovem o nosso projeto para que nossa reserva indígena continue pertencendo a Londrina.

Gostaríamos de dizer aos senhores, que desde 1670 já eramos habitantes da região de Londrina, que lá viveram e morreram nossos antepassados, mas ao longo dos anos, o homem branco veio e começou a destruir tudo. Destruíram nosso sistema tradicional de vida, acabando o nosso território de caça e pesca, reduzindo pouco a pouco nossas terras.

Senhores Deputados, em 1900 com a política dos aldeamentos, nós Caigangues, tinhamos um território de 80.000 (oitenta mil) hectares, mas novamente o homem branco veio e reduziu nossas terras, pois em 1949, através de um Decreto Federal o Governo do Estado reduziu nossos 80.000 (oitenta mil) hectares para os atuais 6.300 (seis mil e trezentos) hectares que nos restam hoje. Vivemos então confinados numa área de terra, e através dela que precisamos sobreviver. Desde esta época o homem nunca respeitou o direito dos índios.

Queremos também dizer que não temos nada contra a emancipação de Tamarana, o que queremos, é continuar a pertencer ao Município de Londrina, porque é deste município que temos nossa assistência, onde temos atendimento médico e odontológico. Temos assistência na área da agricultura, temos professores índios concursados pela Prefeitura de Londrina, para ensinar nossas crianças. Nossa grande preocupação é que Tamarana, município recém criado não poderá manter tudo o que temos hoje, e não podemos deixar nossos filhos morrerem sem assistência.

O que queremos então é colocar aos senhores que respeitem a nossa vontade e o direito da escolha para poder viver dentro de uma sociedade sadia pelo qual nós mesmos decidimos.

Nós índios, queremos que os senhores entendam que este nosso movimento não tem nada a ver com políticos partidários, mas que isto é das nossas próprias idéias para o bem da nossa comunidade.

Queremos dizer também, que qualquer decisão negativa que esta Casa tome hoje, nós índios continuaremos nossa luta pela busca dos nossos direitos. Nem que para isso temos que chamar a atenção da imprensa local, regional e internacional.

Senhores Deputados, contamos com a vossa colaboração e esperamos que os Senhores se sensibilizem com esta nossa causa e entendam o direito do índio."

Este manifesto é assinado por 400 ín-

dios da reserva caigangue.

Quando o Deputado Pessuti citou nessa tribuna que a não votação dessa lei, era exatamente porque essa lei seria inconstitucional, gostaríamos de ler o artigo 231 da Constituição Federal, não observado e tratorado por esta Casa quando da votação da criação do Município de Tamarana no ano passado, diz: "Artigo 231: São reconhecidos aos índios, sua organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e os direitos originários sobre a terra que tradicionalmente ocupam, competindo à União, demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

§ 1º - "São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para as atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

Nós, senhores índios aqui presentes, caciques, ex-caciques, Senhores Deputados, senhores e senhoras presentes nessa Casa, nós brancos temos o triste costume de tratorar as leis quando interessa a nós, a criação indiscriminada e politiqueira de municípios, que foram no ano passado, em número de quase 30. No Brasil todo se fez uma proliferação indiscriminada e politiqueira de municípios no ano passado, e na tratorada que demos esquecemos as leis constitucionais que abrangiam todos os aspectos da sociedade civil no Estado e numa dessas tratoradas, esquecemos a lei que dava-lhes direito a não serem tirados do Município de Londrina sem o consentimento da União.

Agora, senhores índios, senhores caciques, muitos dos Senhores Deputados vão votar contra os senhores, alegando que essa mesma lei impede de votar a favor dos senhores hoje.

Desculpem-nos de novo, porque provavelmente muitos dos Deputados vão tratorá-los em nome de uma lei que nós mesmos criamos para garantir que os senhores fiquem com o menor espaço possível, para que não atrapalhem a sociedade branca que atrapalhou e arrebitou com as suas comunidades ao longo da história.

Perdão, em nome dos Deputados do Partido dos Trabalhadores e daqueles que vão ver hoje os seus direitos feridos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Senhor Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados eu também gostaria de um minutinho da atenção de V.Exa. para as

coisas que eu vou contar aqui neste momento.

Primeiramente quero deixar claro ao Plenário e a todos os presentes, homens e mulheres, à imprensa, que nós não somos contra a comunidade indígena e não temos nada contra os direitos da comunidade indígena. Muito pelo contrário. Somos aliados da comunidade indígena brasileira, porque nós somos irmãos brasileiros e eu tenho o dever de interpretar a análise de uma questão como esta que trata dos direitos de uma comunidade indígena da mesma maneira como tratamos aqui todas as questões que dizem respeito a toda a sociedade paranaense.

Portanto, não há nada nesse nosso posicionamento contra a história, o passado, que respeitamos muito, da comunidade indígena do nosso país e particularmente do nosso estado.

O que está em jogo, a colocação que faço, é que o projeto do Deputado Rosinha, o que ele pretende é desmembrar uma área de um município que nós criamos, depois de exaustivas discussões, depois de 5 ou mais anos de ampla e profundas discussões, sem que, novamente, as partes interessadas, como manda a Constituição do Estado, determina, sejam ouvidas. E o que é que diz a Constituição a respeito desta matéria. A Constituição no art. 19, quando trata da criação, da interpolação, da fusão, do desmembramento de municípios ela diz o seguinte: "Lei complementar estadual disporá sobre essas questões." E a lei complementar que esta Casa adotou e foi sancionada pelo Governador Requião e que, por força do destino, eu era Secretário da Justiça na época e assinei a sanção com S.Exa. na oportunidade. O que diz essa Lei Complementar: "a criação de municípios e suas alterações territoriais só poderão ser feitas até o dia 31 de dezembro do ano anterior ao da eleição municipal", art. 7º.

Então, Excelências, nós não temos como, e eu repito, aqui, não é nada contra o direito de manifestação, de vontade da comunidade indígena de Tamarana pertencer a Londrina. Não! Nós não podemos votar uma constituição, votarmos uma lei complementar e num primeiro momento ignorarmos tudo isso. Nós estamos vivendo sob a égide de um regime democrático, de um estado de direito democrático onde as leis, as normas têm que ser obedecidas em nome da maioria da população, que é o papel que temos que exercitar aqui, neste Parlamento.

Portanto, o que se discute nesta hora não é o direito quer os índios têm de escolher qual o município que querem pertencer. O que nós estamos discutindo é, pura e simplesmente, a questão da legalidade, da iniciativa do Projeto do Deputado Rosinha que está em análise neste momento.

Neste sentido, nesta direção a CCJ, ontem, por maioria absoluta dos seus membros decidiu que o projeto de S.Exa. é inconstitucional, é injurídico. De acordo com o que previu o parecer do Deputado Antônio Belinati e nós não podemos votar na CCJ de um jeito e aqui no plenário votarmos de outro jeito. Porque se abrímos este precedente e poucos meses das eleições, estaremos abrindo as portas para uma série de projetos que estão em andamento neste Parlamento, que têm, exatamente, o objetivo de alterar limites, confrontações, de fazer desmembramento de municípios, muitos deles - se não na sua maioria - criados por esta casa recentemente e que terão eleições municipais pela primeira vez, a exemplo de Tamarana no próximo dia 3 de outubro.

Portanto, Deputados, o problema é claro, é simples, não há nenhuma dúvida, o Deputado Rosinha terá, regimental e legalmente o direito de reapresentar essa matéria assim que passar as eleições. Mas, neste momento, o seu projeto fere a Constituição do Estado do Paraná, que diz, entre outras coisas: "...que para surtir efeito, atingir o seu objetivo teria que haver uma representação por parte da comunidade indígena, com o mínimo de 100 assinaturas de eleitores daquela comunidade, requerendo, desta Casa, uma autorização plebiscitária como houve para a criação do município." Para o desmembramento, também. É o que diz a Constituição do Estado. Mas só que a lei complementar diz que isto teria que ter sido feito até o dia 31 de dezembro do ano anterior ao ano das eleições municipais.

Portanto, o projeto é inconstitucional, injurídico, e o mérito, evidentemente, eu não entro no mérito, porque no mérito vocês têm o direito, vocês estão com a razão. É só voltar aqui na época oportuna que nós estaremos dispostos, no cumprimento da lei, nas normas vigentes no estado a dar o devido apoio e aí sim nós estaremos fazendo o que os senhores desejam.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de chamar a atenção, a este projeto de lei de autoria do Deputado Florisvaldo Fier que trata da manutenção, porque aqui não estamos discutindo, ao contrário do que o nosso eminente colega, o Deputado Tavares, brilhante jurista que é, decretou aqui a inconstitucionalidade e a falta de juridicidade do projeto do Deputado Florisvaldo Fier.

Ora, me parece que esta aqui não é uma corte que analisa à luz da Constituição e das leis. Para isto temos o Poder Judiciário, aonde aqueles que capacitados foram

pelas Universidades, bachareis em Direito, prestaram concurso público, se debruçaram sobre os livros e aprenderam a interpretar a lei. A esta Casa compete, Sr. Presidente, Srs. Deputados, à luz do direito daqueles que a Constituição da República merecem um artigo que é o 231, que garante autonomia, que garante o direito dos povos indígenas deste país. Não se trata aqui, Srs. Deputados e Sra. Deputada, de mudarmos nenhum ato que tenha sido praticado anteriormente a Constituição do município novo, porque o município de Tamarana não está instalado ainda. Por isso que a defesa dos interesses da comunidade Caingangue de Londrina de permanecerem no Município de Londrina é um direito, Deputado Beto Richa, desta comunidade. É um direito de auto-determinação do povo indígena e nós temos que respeitar. Não é pela vontade política daqueles que querem ter o mando político e institucional sobre a reserva é que nós podemos ceder aos argumentos que são na verdade falaciosos, dizendo que está se interpretando a Constituição e a lei complementar.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a esta Casa nós temos que ter consciência de votar a favor e na prática reconhecermos o direito dos povos indígenas. Não basta apenas subir numa tribuna e fazer discurso. Nós temos que votar e vamos votar a favor do projeto do Deputado Florisvaldo Fier porque ele resgata o direito e faz justiça com a comunidade indígena do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar) - Eu só gostaria de fazer uma colocação de que estou até discutindo aqui paralelamente, pediria que o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desse também o seu parecer com relação a isto, afinal de contas isto foi apreciado na Comissão. Gostaria de ouvi-lo. Confesso para vocês que estou em dúvida com relação à votação, porque há a questão da jurisprudência ou não, com relação a território indígena ou não. O Deputado Rosinha me garante que aqui na Constituição Federal, sendo território indígena pode. O Deputado Tavares na sua fala, diz que não. Eu pediria ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça que esclarecesse.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Isto já escapou da jurisdição da Comissão de Constituição e Justiça.
Tem a palavra V.Exa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados nós temos aqui um projeto que analisa a questão da comunidade Caingangue em Apucarantina, Município de Londrina, futuro Município de Tamarana. Como reportou aqui o Deputado Orlando Pessuti, posteriormente o Deputado José Tavares, há um período muito grande que se vem discutindo a criação do Município de Tamarana, respeitamos o direito da comunidade de Caingangue em buscar qual dos municípios pretende ela participar e fazer parte, só que para este exercício, para esta opção, nós tínhamos até o período das eleições para que ela tenha condições de se manifestar inclusive recorrendo à lei. FUNAI está aí, a instituição do Estado do Paraná assessora os índios também está aí, este tempo passou. Hoje se nós abríamos precedentes nesta casa de mudarmos uma lei dentro de um período eleitoral, nós poderíamos também justificar outras atitudes levando também outros Municípios criando e mudando áreas territoriais por isso nós temos pela consciência de que poderemos permitir e pela lei a votação a partir das eleições. O que não se pode hoje, Sr. Presidente, e Srs. Deputados é abrir o precedente, precedente que poderá trazer prejuízo não só a esta casa mas sim a toda a estrutura. O Deputado Romanelli quando afirma embasado no artigo 231 da Constituição Federal e ainda dizendo que esta casa não é fórum de juristas para poder emitir parecer, ora Deputado com todo o respeito que tenho, não sei o que nós, inclusive ele faz na Comissão de Constituição e Justiça porque lá é lugar sim de analisar a constitucionalidade não é para analisar o mérito, e por isso, Sr. Deputado, se não tiver condições de lá V.Exa. e nós que somos parte da comissão, fazer análise, esta comissão deixa de ter razão de existir. O que o artigo 231 diz é mudança, é retirada, me permite, Sr. Presidente, eu lerei aqui o artigo 231. São conhecimentos aos índios sua organização, as suas terras, os seus rios, a sua cultura, a sua tradição, isto está sendo preservado, não está se removendo, Srs. Deputados, nenhum membro da comunidade Caingangue das terras de Apucarantina, não está lhe tirando a condição de sustento, não lhe está tirando a condição ambiental e cultural, portanto esta Assembléia assim procedendo, indo contrário ao projeto do nobre e brilhante Deputado Dr. Rosinha, estaremos simplesmente cumprindo a lei e permitindo que os Caingues possam ter, a partir das eleições respeitando a lei complementar, respeitando a constituição estadual, respeitando a constituição federal, permitir que nós posamos dar a nossa contribuição transferindo, se for desejo, após um plebiscito, após a rotina da lei, os Caingues para Londrina, mas neste mo-

mento pertence a Tamarana porque esta Casa já decidiu e houve um plebiscito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação ao requerimento do Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ANGELO VANHONI (Pela Ordem) - Poderia ler o teor do requerimento?

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - (Lê o requerimento).

O SR. ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, gostaria que a Mesa Executiva me prestasse o seguinte esclarecimento, o projeto ora em discussão está em Regime de Urgência, caso esteja em Regime de Urgência, se é permitido tal requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto está em Regime de Urgência desde 28.03.96, em consequência ele não pode ser retirado da Ordem do Dia.

O SR. ANGELO VANHONI - O apelo que nós fazemos é que V.Exa. indefira o requerimento apostado pelo nobre Deputado Orlando Pessuti ao Projeto 59/96.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - De acordo com o Regimento Interno o Art. 159, parágrafo 1º, ao Projeto de Regime de Urgência não será admitido conceder adiamento. (Está arquivado o requerimento).

Vou submeter a votos o projeto, como há parecer contrário, os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Trinta e três Srs. Deputados aprovam.

Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.

Aprovado o projeto.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pelo Ordem) - Queria anunciar a presença nesse plenário, do Prof. Roberto Frederico Deri, reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa e presidente da FIESP e aproveitar para dizer que é com grande satisfação, que nós verificamos que foi aprovado hoje o Projeto que regulamenta o Art. 205, da Constituição do Estado do Paraná em 1ª Discussão.

Graças a anuência da Liderança do Governo, amanhã esse Projeto será retirado por 10 sessões, para que haja um processo de negociação com o Governo do Estado, para que finalmente nós possamos então efetivar o que está escrito no Art. 205 da Constituição do Estado. Agora a pouco conversando com o Prof. Roberto, vimos que existe uma falha no substitutivo, apresentado pela Comissão de Justiça e Redação, e nos comprometemos junto com os Deputados

Luiz Carlos Zuk, Algaci Túlio, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães e outros, apresentar uma emenda colocando no Conselho que vai reger, gerir a Fundação de Amparo ao Ensino e à Pesquisa, dois representantes da FIESP, que é a organização que une os Reitores das Universidades Estaduais e Diretores das Faculdades isoladas do Paraná.

Então, é nesse sentido que nós queremos tranquilizar os Dirigentes da FIESP aqui presentes, e o nosso compromisso junto com outros Deputados é apresentar no dia de amanhã uma emenda corrigindo esta distorção, que por falha nossa aconteceu no Projeto do Substitutivo da Comissão de Educação da Assembléia, muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Quero agradecer a compreensão de todos no sentido da constitucionalidade do tal projeto, e bem sido acertado, amanhã votaremos o mérito e eu acho que o mérito está muito mais claro para todos nós do que a dúvida que teve na constitucionalidade. O mérito do direito desses cidadãos viverem e decidirem a sua vontade e a sua vida, muito obrigado o apoio dos Srs. Deputados, esperamos contar daí com a maioria ou absoluta amanhã, ou a unanimidade, uma vez que o mérito foi reconhecido pelos Deputados José Tavares e outros Deputados que questionaram constitucionalidade, mas reconheceram o mérito do direito, espero contar com o apoio de todos.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento. Da forma como a votação foi feita não ficou claro para a Casa como é que eu me posicionei. Votei da forma como eu coloquei ontem na C.C.J. e da maneira como coloquei hoje aqui. Continuo entendendo que o projeto é inconstitucional, fere a Constituição do Estado, é injurídico porque fere a Lei Complementar em vigor. E portanto, gostaria que a Mesa registre o meu voto contrário a referida matéria.

Quanto ao mérito amanhã, me reservo no direito de me posicionar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tudo bem, está registrado.

=> Sobre a mesa, Requerimentos nºs 931 a 934, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 949, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente.- **Aprovado.** (A matéria achase publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 938, de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constante do

expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 939, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 940, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 950 e 951, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 916, de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 937, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 941, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 917 e 918, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 935 e 936, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 919, 925 a 930 e 948, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 920 a 924 e 942 a 947, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 952, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 11, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 106/95 e dos Projetos de Lei n°s 186, 200, 219/95 e 059/96.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK, EM SESSÃO DO DIA 10 DE ABRIL DE 1996.

"Antecipando as Comemorações"

Jornal da Manhã.

Depois de cinco anos se arrastando por gavetas de gabinetes, fóruns e maletas de executivos, o processo da metalúrgica Impar está prestes a ser encerrado. O governo do Estado autorizou finalmente o BADEP, ainda em regime de liquidação, a formalizar os acordos necessários com a holding que controla a metalúrgica para a transferência e reativação da empresa.

Mais do que autorizar os acordos, o governo do Estado, sempre através do BADEP, até fixou uma data-limite para esse acordo. Até 30 de abril tudo deve estar acertado.

A pressa agora não é mais só de Ponta Grossa. Também o Palácio Iguaçu corre contra o tempo. Operando, a Impar pode ser uma importante parceria da Renault. Além disso, o fato de uma metalúrgica do porte da Impar voltar a operar, no Paraná, reforça os indicadores do setor metal-mecânico em muitos pontos.

A reativação da Impar tornou-se atraente não só para Ponta Grossa ou o governo, ainda, como também a empresários. No rol de mais de 100 autopeças e componentes que a Impar pode produzir, certamente estão algumas dezenas que podem ser aproveitadas pela Renault. A 120 Km da montadora francesa, a metalúrgica tem tudo para tornar-se uma de suas mais importantes parcerias e fornecedoras.

O deslancar do processo Impar deve-se à conjunção de esforços e cobranças redobradas, por parte da comunidade, e também pela conveniência do governo do Estado, ávido por encontrar fornecedores para dar suporte à Renault. Para Ponta Grossa, fica o gosto de ter sabido aproveitar como nunca antes o momento e as oportunidades. E fica também a lição de ver como se pode conseguir benefícios, do governo do Estado e da iniciativa privada ou de seu próprio meio, com trabalho, reflexão e disposição.

Ainda não é hora, contudo, de comemorar. A comemoração só deve vir quando forem assinados todos os documentos relativos à transferência da Impar e quando ficar acertada a sua reativação, com a compra de novos equipamentos e a contratação de pessoal.

Mas já se pode, tranqüilamente, preparar a festa.